

Atos Oficiais

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires

**PORTARIA Nº SSMD 008/01/2024 – LISTA DE GUARDAS CIVIS MUNICIPAIS PARA O EQP NO GABINETE DE INSTRUÇÃO– ESTÁGIO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA GCMRP
(Período de 08/01/2024 à 18/01/2024)**

O Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º, incisos I, II e XXIV, art. 52 e 53, da Lei Orgânica do Município e:

Considerando que o Estágio de Qualificação Profissional “EQP” – está embasado nos Princípios de Legalidade; Direitos Humanos, das Garantias Individuais e Coletivas, da Participação Social e de melhoria no atendimento ao cidadão.

Considerando que o estágio de qualificação profissional “EQP” está em conformidade com o artigo. 17 da Lei Municipal 6093/2016 (Estatuto da Guarda Civil Municipal).

Segue abaixo a lista de Guardas Civis Municipais escalados no Curso de “EQP” de **08/01/2024 à 18/01/2024**.

LISTA DE ESCALA DO CURSO DE ESTÁGIO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

	RM	NOME	RG	CPF
01	8169	ALEXANDRE OLIVEIRA DOS SANTOS	23.977.660-4	180.298.708-84
02	8698	ALOÍSIO GONZAGA DA SILVA	22.002.317-7	124.672.048-55
03	12018	BRUNO DOS SANTOS	41.770.626-1	229.145.648-21
04	12024	CLAYTON ALISTON DA SILVA	34.777.474-X	374.570.708-77
05	12013	CRISTIANO DE SOUZA DA SILVA	32.117.991-2	299.845.688-06
06	7168	EDSON CARDOSO BRAGA	27.556.454-X	174.268.712-15
07	10183	ENÉIAS FALEIROS DE SOUZA	14.244.997-0	048.364.078-69
08	12006	FÁBIO FREITAS DA SILVA	27.376.185-7	264.446.488-90
09	8684	FILIFE MURILO SILVA	43.194.013-7	329.218.428-23
10	8694	GILBERTO CARLOS GOMES	19.349.002-X	173.209.988-07
11	7882	GILBERTO RODRIGUES DE SOUZA	43.190.951-9	314.502.268-76
12	11075	ISABELLE CRISTINA RIBEIRO CRUZ	41.087.273-8	300.530.588-01
13	8667	JEFFERSON CLAYTON TEIXEIRA OLIVEIRA	41.936.036-0	314.162.358-92
14	12019	JOSÉ CLÁUDIO PEREIRA SANTOS	25.502.806-4	258.423.888-80
15	1795	JOSÉ FRANCISCO DA SILVA	11.258.356-8	997.534.998-68
16	7154	LUIZ AYUB SEGUNDO	21.627.562-3	299.882.428-59
17	3733	RAILDO DA SILVA PORTO	12.599.117-4	007.103.168-52
18	7156	RINALDO NUNES	16.788.537-6	061.119.918-17
19	12016	SÍLVIA OLIVEIRA DA FONSECA	28.319.246-X	280.166.788-90
20	12023	THIAGO ARAÚJO SILVA	40.681.014-X	358.477.908-13

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PROCESSO Nº 6181/2023

Sandro Torres Amante
Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil

RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº. 36.027, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023. RETIFICAR a Portaria nº. 36.027, de 27 de Outubro de 2023 para que onde lê-se “Secretaria de Educação e Cultura” leia-se “Secretaria de Turismo”. Processo nº. 5155/2023

Convocação SESMT

Convocamos os funcionários abaixo relacionados para comparecerem no dia 08/01/2024 às 08:00 horas no Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT, localizado no Shopping Garden, sito: Rua Felipe Sabbag, nº 200 – 3º andar – Sala 4 G – Centro - Ribeirão Pires, para avaliação médica.

MATRÍCULA	NOME
53472.3	ALAIDE DIAS BORGES ALVES DE SOUZA
8379.2	ALDA MARIA DOS SANTOS
53579.7	ALUISIO DA SILVA
30082.5	DAIANA MORTAGUA FRANCO
3865.1	EUNICE ALMEIDA DOS REIS
3800.1	JORGE BAGSAUSKAS JUNIOR
13184.1	JORGINA APARECIDA FELIX
6609.4	JUAREZ APARECIDO DOS SANTOS
4668.1	KATIA REGINA SILVA CAPELEIRO
14353.1	LENI DE CASSIA LUCAS CASAL SILVA
12508.2	LIDIA HERMINIA ORMENEZI
13185.1	MARCIA CARMELITA DE SOUSA ROQUE
14066.1	MARIA DAS DORES ALVES BRANDAO
11122.2	MARILENA DA SILVA
3195.1	ROBERTO MONTANO BURGOS
11606.1	ROSIMEIRE APARECIDA GONÇALVES PERICIA
10758.1	SANDRO EDUARDO OLIVEIRA TAVARES
10327.1	TAMIRES DOS SANTOS FREIRE LEME

Convocação SESMT

Convocamos os funcionários abaixo relacionados para comparecerem no dia 10/01/2024 às 08:00 horas no Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT, localizado no Shopping Garden, sítio: Rua Felipe Sabbag, nº 200 – 3º andar – Sala 4 G – Centro - Ribeirão Pires, para avaliação médica.

MATRÍCULA	NOME
5343.1	ADOLFO MALANGE NETTO
10862.1	ADRIANO DE ALMEIDA GALVÃO PEREIRA
4090.2	DIMAS MARTINS FERNANDES
52111.3	EMERSON MARTINHO
7174.3	KARIN KELLY DA SILVA
6528.2	LUCIANA DOS SANTOS CARMO
3011.1	MARILUCE APARECIDA BANHARA DE SOUZA
10691.1	SIMONE MARIA PAZ DE CASTRO

LEI Nº 6.925, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023

Dispõe sobre a Política de Assistência Social, institui o Sistema único de Assistência Social do Município de Ribeirão Pires – SUAS, e dá outras providências.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

CAPÍTULO I - DAS DEFINIÇÕES E DAS FUNÇÕES

Art.1º A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art.2º A Política de Assistência Social no Município de Ribeirão Pires tem como instâncias de execução de suas ações, controle social de deliberação colegiada e instrumento de captação e aplicação de recursos, respectivamente:

I. O Sistema Único de Assistência Social do Município de Ribeirão Pires;

II. O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;

III. O Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

Art.3º A Política de Assistência Social do Município de Ribeirão Pires tem por funções:

I. A proteção social, que visa à prevenção e a redução do impacto das vicissitudes sociais e naturais sobre o ciclo de vida, a garantia da dignidade humana e o fortalecimento da família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional;

II. A vigilância socioassistencial visa detectar e compreender as situações de precarização e de agravamento das vulnerabilidades que afetam os territórios e os cidadãos, prejudicando e incorporando em risco a sobrevivência, dignidade, autonomia e socialização;

III. A defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistencial.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS, PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E SEGURANÇAS AFIANÇADAS PELO SUAS

Seção I - DOS OBJETIVOS

Art.4º A Política de Assistência Social do Município de Ribeirão Pires tem por objetivos:

I. A proteção social;

II. A vigilância socioassistencial;

III. A defesa de direitos;

IV. A participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle de ações em todos os níveis;

V. A primazia da responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência, Participação e Inclusão Social na condução da Política de Assistência Social no Município;

VI. A centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos, tendo como base o território; e

VII. A territorialização da gestão.

Seção II - DOS PRINCÍPIOS

Art.5º A Política Pública de Assistência Social rege-se pelos seguintes princípios:

I. Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II. Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III. Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV. Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V. Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Seção III - DAS DIRETRIZES

Art.6º A organização da Assistência Social no Município observará as seguintes diretrizes:

I. Descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e comando único das ações em cada esfera de governo;

II. Participação da população por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III. Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de Assistência Social em cada esfera de governo.

Seção IV - DAS SEGURANÇAS AFIANÇADAS PELO SUAS

Art.7º São seguranças afiançadas pelo SUAS:

I. Acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e especial, devendo as instalações físicas e a ação profissional conter:

a) Condições de recepção;

b) Escuta profissional qualificada;

c) Informação;

d) Referência;

e) Concessão de benefícios;

f) Aquisições materiais e sociais;

g) Abordagem em territórios de incidência de situações de risco;

h) Oferta de uma rede de serviços e de locais de permanência de indivíduos e famílias sob curta, média e longa

permanência.

II. Renda: operada por meio da concessão de auxílios financeiros e da concessão de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho;

III. Convívio ou convivência familiar, comunitária e social: exige a oferta pública de rede continuada de serviços que garantam oportunidades e ação profissional para a construção, restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento, de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança e interesses comuns e societários;

IV. O exercício capacitador e qualificador de vínculos sociais e de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade.

V. Desenvolvimento de autonomia: exige ações profissionais e sociais para:

a) O desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício da participação social e cidadania;

b) A conquista de melhores graus de liberdade, respeito à dignidade humana, protagonismo e certeza de proteção social para o cidadão, a família e a sociedade;

c) Conquista de maior grau de independência pessoal e qualidade, nos laços sociais, para os cidadãos sob contingências e vicissitudes.

VI. Apoio e auxílio: quando sob riscos circunstanciais, exige a oferta de auxílios em bens materiais e em pecúnia, em caráter transitório, denominados de benefícios eventuais para as famílias, seus membros e indivíduos.

CAPÍTULO III - DA GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PIRES

Seção I - DA GESTÃO

Art.8º A gestão das ações de Assistência Social no âmbito do Município é organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social do Município de Ribeirão Pires – SUAS, com os seguintes objetivos:

I. Compor com a União e o Estado, de modo articulado, modelo de gestão com divisão de competências e cofinanciamento;

II. Planejar, organizar, executar e avaliar atividades preventivas de impacto, concomitantemente com as ações emergenciais;

III. Aprimorar a gestão e implementar as áreas essenciais da gestão do SUAS: vigilância socioassistencial, monitoramento e avaliação do SUAS, regulação do SUAS e gestão do trabalho e da educação permanente;

IV. Constituir os serviços socioassistenciais ordenados em rede, cuja execução seja garantida, precipuamente, pelo poder público e, complementarmente, pela rede privada, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social;

V. Integrar a rede socioassistencial de serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social na forma o art. 6º – C da Lei 12.435/11;

VI. Estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios;

VII. Apoiar ações ligadas ao controle social e à participação popular, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CMAS.

Art.9º O SUAS de Ribeirão Pires será coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência, Participação e Inclusão Social – SAPIS – órgão responsável pela gestão da Política de Assistência Social no Município.

Art.10 Integram o SUAS de Ribeirão Pires:

I. Os entes federativos;

II. O Município;

III. O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;

IV. Entidades e organizações de assistência social abrangidas pela Lei Federal nº 8.742, de 1993.

Parágrafo Único. As organizações de Assistência Social são aquelas sem fins lucrativos que prestam atendimento e/ou assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos, observadas as seguintes definições:

a) São de atendimento aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos a famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos desta lei, e respeitadas as deliberações do CMAS;

b) São de assessoramento aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, a formação e a capacitação de lideranças, dirigidos ao público da Política de Assistência Social, nos termos desta lei, e respeitadas as deliberações do CMAS;

c) São de defesa e garantia de direitos aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de Assistência Social, nos termos desta lei, e respeitadas as deliberações do CMAS.

Art.11 O SUAS – Ribeirão Pires atuará de acordo com as seguintes bases organizacionais:

I. Matricialidade sociofamiliar, definida como o desenvolvimento de ações com centralidade na família, independentemente de seu formato ou modelo;

II. Descentralização administrativa, definida como a execução de serviços, programas, projetos e benefícios

socioassistenciais de abrangência territorial, regional e municipal;

III. Territorialização, definida como a oferta de ações baseada na proximidade do cidadão e em locais com maior vulnerabilidade e risco social;

IV. Controle social por meio do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, de modo a incentivar a participação dos usuários na elaboração da Política de Assistência Social do Município e na avaliação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art.12 São destinatários da atuação do SUAS de Ribeirão Pires as famílias, os grupos ou os indivíduos que se encontrem, temporária ou permanentemente, em situações de risco ou de vulnerabilidade social.

Seção II - DAS RESPONSABILIDADES

Art.13 Compete ao Município, por intermédio de seu órgão gestor da Política de Assistência Social e coordenador do SUAS de Ribeirão Pires – SAPIS:

I. Consolidar a Assistência Social como Política Pública de Estado;

II. Coordenar o SUAS em seu âmbito, observando as deliberações e pactuações de suas respectivas instâncias realizando o planejamento contínuo e participativo;

III. Normatizar, regular e gerir a Política Municipal de Assistência Social em consonância com a Política Nacional de Assistência Social e com a Política Estadual de Assistência Social, observando as deliberações das conferências nacional, estadual e municipal de Assistência Social, as deliberações de competência do Conselho Municipal de Assistência Social e o diagnóstico socioterritorial;

IV. Promover a integração da política municipal de Assistência Social com outros sistemas públicos que fazem interface com o SUAS, a articulação intersetorial do SUAS com as demais políticas públicas e Sistema de Garantia de Direitos e Sistema de Justiça e a participação da sociedade, especialmente dos usuários, na elaboração da política de Assistência Social;

V. Atender os requisitos referentes à condição de gestão básica da Assistência Social, pactuados pelo Município, conforme previsto na legislação e normativas do SUAS;

VI. Consolidar a vigilância socioassistencial da política de Assistência Social no âmbito municipal, visando ao planejamento e à oferta qualificada de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais;

VII. Aferir os padrões de qualidade de atendimento, a partir dos indicadores de acompanhamento aprovados pelo respectivo conselho municipal de Assistência Social para a qualificação dos serviços e benefícios em consonância com as normas gerais;

VIII. aprimorar a prestação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, de que trata o art. 23, da Lei Federal nº 8742, de 7 de dezembro de 1993, e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados;

IX. Garantir a integralidade da proteção socioassistencial à população, primando pela qualificação dos serviços do SUAS, exercendo essa responsabilidade de forma compartilhada entre os demais entes federados;

X. Organizar, coordenar, articular, acompanhar e monitorar a rede de serviços da proteção social básica e especial adequando às normas do SUAS, em âmbito local, de acordo com as normativas federais.

XI. Viabilizar estratégias e mecanismos para aferir o pertencimento à rede socioassistencial, em âmbito local, de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados pelas organizações, observada a legislação aplicável à espécie;

XII. Garantir aos beneficiários de programas de transferência de renda, de benefícios socioassistenciais e suas famílias acesso aos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial, gerindo-os de forma integrada;

XIII. Executar projetos de enfrentamento à pobreza, incluindo a parceria, como forma de promover a responsabilidade compartilhada entre Estado e sociedade civil, reconhecendo a importância da participação social nas atividades do SUAS de Ribeirão Pires;

XIV. Atender às ações assistenciais de caráter de emergência, respeitadas as especificidades da Política de Assistência Social e observada a corresponsabilidade;

XV. Celebrar parcerias com as entidades de Assistência Social, de acordo com a Lei nº 13.019/14, alterada pela Lei nº 13.204/15 garantindo o financiamento conforme estudos do diagnóstico socioterritorial, observando-se as disponibilidades orçamentárias.

XVI. Gerir, no âmbito municipal, o Cadastro Único e os Programas de Transferência de Renda;

XVII. Elaborar e cumprir o Plano de Providências, instrumento de planejamento das ações para a superação de dificuldades dos entes federados na gestão e execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

XVIII. Disponibilizar dados e informações com vistas a subsidiar o acompanhamento estadual e federal da gestão municipal do SUAS de Ribeirão Pires, em conformidade com o disposto na Lei Orgânica da Assistência Social;

XIX. Executar a política municipal de educação permanente e capacitação, de acordo com a NOB/RH – SUAS com cofinanciamento da esfera federal e estadual, submetendo-as à deliberação do CMAS;

XX. Alimentar e manter atualizado o Censo SUAS, o Sistema de Cadastro Nacional de Entidade de Assistência Social – CNEAS de que trata o inciso XI do art. 19 da Lei Federal nº 8.742, de 1993 e o conjunto de aplicativos do Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social – Rede SUAS;

XXI. Compor as instâncias de pactuação e negociação do SUAS;

XXII. realizar em conjunto com o Conselho de Assistência Social, as conferências de Assistência Social e garantir a infraestrutura necessária ao funcionamento do respectivo conselho municipal de Assistência Social, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros;

- XXIII.** Estimular a mobilização e organização dos usuários e trabalhadores do SUAS para a participação nas instâncias de controle social da política de Assistência Social;
- XXIV.** Regulamentar a oferta e a gestão dos Benefícios Eventuais, dentre os quais os auxílio-natalidade e funeral, observado o disposto na Lei Orgânica da Assistência Social e demais legislações aplicáveis, a partir de critérios estabelecidos pelo CMAS;
- XXV.** Cofinanciar o aprimoramento da gestão, dos serviços, dos programas, dos projetos e dos equipamentos socioassistenciais em âmbito local, com os demais entes federados;
- XXVI.** Elaborar a proposta orçamentária da Assistência Social no Município, de acordo com o Plano Plurianual, o Plano de Assistência Social e do Pacto de Aprimoramento do SUAS assegurando recursos do tesouro municipal submetendo ao Conselho Municipal de Assistência Social, anualmente, a proposta orçamentária dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS;
- XXVII.** Zelar pela execução direta ou indireta dos recursos transferidos pela União e pelo Estado ao Município, inclusive em relação a prestação de contas;
- XXVIII.** Normatizar, em âmbito local, o financiamento dos serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social, ofertados pelas entidades vinculadas ao SUAS, conforme §3º do art. 6º B da Lei Federal nº 8.742, de 1993, e sua regulamentação em âmbito federal.
- XXIX.** Expedir os atos normativos necessários à gestão do FMAS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social;
- XXX.** Elaborar e submeter à deliberação do CMAS os planos de aplicação de recursos do FMAS e os relatórios trimestrais e anuais de atividades e de execução físico-financeira a título de prestação de contas;
- XXXI.** Normatizar áreas essenciais da Política Municipal de Assistência Social na estrutura organizacional, conforme pacto de aprimoramento de gestão do SUAS.
- XXXII.** Participar dos mecanismos formais de cooperação intergovernamental que viabilizem técnica e financeiramente os serviços de referência regional, definindo as competências na gestão e no cofinanciamento, a serem pactuadas na CIB;
- XXXIII.** Acompanhar a execução de parcerias firmadas entre o município e entidades de assistência social e promover a avaliação das prestações de contas.

Seção III - DA ORGANIZAÇÃO

Art.14 A Secretaria Municipal de Assistência, Participação e Inclusão Social, órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social organiza-se pela estrutura organizacional e administrativa constituída organicamente por meio da previsão de assessorias, coordenadorias, divisões, departamentos, gerências, setores, seções e equipamentos públicos socioassistenciais.

§1º Integram a estrutura organizacional e administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social as unidades públicas CRAS e CREAS.

§2º A estrutura organizacional e administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social deverá se manter atualizada com base na legislação e normativas do SUAS.

Art.15 Constituem responsabilidades específicas do poder público na área de recursos humanos:

I. Implementar e executar a gestão do trabalho e a educação permanente coordenando e acompanhando ações relativas à valorização do trabalhador e à estruturação do processo de trabalho institucional de acordo com as normativas da Política de Assistência Social e do SUAS;

II. Elaborar e atualizar o diagnóstico da situação de gestão do trabalho incluindo os mais diversos aspectos pertinentes aos trabalhadores do SUAS;

III. Elaborar e implementar o Plano Municipal de Educação Permanente para os trabalhadores do SUAS e conselheiros municipais, com base nos fundamentos da educação permanente e nos princípios e diretrizes constantes da NOB – RH SUAS, deliberados pelo CMAS;

IV. Prever necessidades de trabalhadores para a manutenção da estrutura gestora do SUAS visando a realização de concurso público, observadas as normas vigentes;

V. Propor estratégias metodológicas e instituir práticas profissionais que contribuam para a construção de propostas de trabalho por meio de processos unificados e construídos coletivamente que obedecem às diretrizes de participação e democratização que ampliem e qualifiquem o trabalho e os direitos;

VI. Considerar a NOB-RH/SUAS e demais normativas relativas aos recursos humanos no SUAS nas discussões sobre a elaboração de Planos de Carreira, Cargos e Salários – PCCS.

Parágrafo Único. As ofertas socioassistenciais nas unidades públicas pressupõem a constituição de equipe de referência na forma das Resoluções nº 269, de 13 de dezembro de 2006; nº 17, de 20 de junho de 2011; e nº 9, de 25 de abril de 2014, do CNAS.

Art.16 O Sistema Único de Assistência Social no âmbito do Município de Ribeirão Pires organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

I. Proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio de aquisições e do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

II. Proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Art.17 A proteção social básica e proteção social especial compõem-se precipuamente dos serviços socioassistenciais,

nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos.

Art.18 Serviços socioassistenciais são atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei nº Federal 8.742, de 1993, na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e demais normativas, inclusive as do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único. Não faz parte do trabalho social nos serviços da Política de Assistência Social do Município acompanhar ações de reintegração de posse, implantar e gerir Residência Terapêutica, entre outros referentes a outras Políticas Setoriais.

Art.19 Os programas de Assistência Social compreendem ações integradas e complementares, com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços socioassistenciais.

§1º Os programas serão definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, obedecidos aos objetivos e princípios que regem Lei Federal nº 8742, de 1993, com prioridade para a inserção profissional e social.

§2º Os programas voltados para o idoso e a integração da pessoa com deficiência serão devidamente articulados com o benefício de prestação continuada estabelecido no art. 20 da Lei Federal nº 8742, de 1993.

Art.20 Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio ambiente e sua organização social.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais visando universalizar a proteção social e atender às contingências sociais.

Art.21 As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos ou pelas organizações de Assistência Social, vinculadas ao SUAS, devidamente referenciadas aos CRAS, CREAS e Direções da Proteção Social, respeitadas as especificidades de cada serviço, programa ou projeto socioassistencial.

Art.22 O diagnóstico socioterritorial e os dados de Vigilância Socioassistencial são fundamentais para a definição da forma de oferta da proteção social básica e especial.

Seção IV - DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art.23 Os benefícios eventuais integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e estão subordinados ao disposto no art. 22 da Lei Federal nº 8.742/1993, ao Decreto nº 6.307/2007 e à Resolução CNAS nº 39, de 09 de dezembro de 2010.

Parágrafo único. Não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social as provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios vinculados ao campo da saúde, da educação, da integração nacional, da habitação, da segurança alimentar e das demais políticas públicas setoriais.

Art.24 Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias deste Município em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

Parágrafo único. Para os efeitos do presente Decreto, considera-se como família a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros.

Art.25 São princípios a serem observados quanto aos benefícios eventuais e que vinculam à municipalidade:

- I.** Integração à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas;
- II.** Constituição de provisão certa para enfrentar com agilidade e presteza eventos incertos;
- III.** Proibição de subordinação a contribuições prévias e de vinculação a contrapartidas;
- IV.** Adoção de critérios de elegibilidade em consonância com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS;
- V.** Garantia de qualidade e prontidão de respostas aos usuários, bem como de espaços para manifestação e defesa de seus direitos;
- VI.** Garantia de igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual;
- VII.** Afirmção dos benefícios eventuais como direito relativo à cidadania;
- VIII.** Ampla divulgação dos critérios para a sua concessão; e
- IX.** Desvinculação de comprovações complexas e vexatórias de pobreza, que estigmatizam os benefícios, os beneficiários e a política de assistência social.

Art.26 Os benefícios eventuais poderão ser concedidos em forma de pecúnia, bens ou serviços, cabendo à gestão local definir, de acordo com sua realidade, o tipo de oferta mais adequado, respeitando-se o orçamento da municipalidade.

Art.27 Situações de nascimento são aquelas que envolvam o nascimento ou a morte materna ou infantil e que impactam na convivência, na autonomia, na renda, na capacidade de viver dignamente ou na função protetiva das famílias, gerando inseguranças e vulnerabilidades sociais.

Art.28 O Benefício prestado em virtude de nascimento deverá ser concedido:

- I. à genitora que comprove residir no Município;
- II. à família do nascituro, caso a mãe esteja impossibilitada de requerer o benefício ou tenha falecido;
- III. à genitora ou família que esteja em trânsito no município e seja potencial usuária da assistência social;
- IV. à genitora atendida ou acolhida em unidade de referência do SUAS.

Parágrafo único. O benefício eventual por situação de nascimento poderá ser concedido nas formas de pecúnia ou bens de consumo, ou em ambas as formas, conforme a necessidade do requerente e disponibilidade da administração pública.

Art.29 Situações de morte são aquelas decorrentes ou agravadas pela morte de determinado indivíduo ou membro da família e que impactam na convivência, na autonomia, na renda, na capacidade de viver dignamente ou na função protetiva das famílias, gerando inseguranças e vulnerabilidades sociais.

Parágrafo único. O benefício eventual por morte poderá ser concedido nas formas de pecúnia, bens de consumo ou serviços, conforme a necessidade do requerente e o que indicar o trabalho social realizado com a família referenciada ao CRAS.

Art.30 Situações de vulnerabilidade temporária são caracterizadas pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

- I. Riscos: ameaça de sérios padecimentos;
- II. Perdas: privação de bens e de segurança material; e
- III. Danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo único. Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I. da falta de:

- a) acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;
- b) documentação; e
- c) domicílio;

II. da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;

III. da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

IV. de desastres e de calamidade pública; e

V. de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

Parágrafo único. O benefício será concedido na forma de pecúnia ou bens de consumo, em caráter temporário, sendo o seu valor e duração definidos de acordo com o grau de complexidade da situação de vulnerabilidade e risco pessoal das famílias e indivíduos, identificados nos processos de atendimento dos serviços.

Art.31 Entende-se por estado de calamidade pública o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

Art.32 Salvo disposição em contrário, terão prioridade para o recebimento de benefícios eventuais os indivíduos ou a família cuja renda per capita mensal seja igual ou inferior a $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo vigente, excluindo-se desse cálculo os rendimentos concedidos por programas oficiais de transferência de renda.

§1º Poderão receber benefícios eventuais as famílias ou indivíduos cuja renda per capita mensal seja superior a $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo vigente, mediante parecer técnico fundamentado do órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social, o qual deverá trazer elementos que demonstrem a vulnerabilidade da família ou do indivíduo.

§2º O recebimento de benefício eventual não exclui a possibilidade do recebimento subsidiário de outros benefícios sociais, exceto aqueles indicados no artigo 22, § 3º, da Lei Federal nº 8742/1993.

Art.33 O valor dos benefícios de que trata este Decreto serão previstos na Lei Orçamentária Anual.

§1º A concessão e o valor dos benefícios eventuais por natalidade e por morte serão regulados pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, mediante critérios e prazos definidos pelo art. 22, §1º, da Lei Federal nº 8.742, de 1993.

§2º A concessão e o valor dos benefícios eventuais em virtude de situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública serão definidos pelo Município com base em critérios e prazos definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

§3º Os benefícios eventuais prestados em virtude de desastre ou calamidade pública constituem-se provisão suplementar e provisória de assistência social para garantir meios necessários à sobrevivência da família e do indivíduo, com o objetivo de assegurar a dignidade e a reconstrução da autonomia familiar e pessoal.

Art.34 Todos os benefícios eventuais têm caráter suplementar e provisório, sendo que a sucessão de prestações não se configura como direito adquirido.

Art.35 Caberá à equipe técnica do órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social a avaliação dos casos e a decisão pela concessão ou não dos benefícios eventuais, mediante parecer fundamentado.

Parágrafo único. A avaliação dos casos dependerá, alternativamente ou cumulativamente, de entrevista, visita domiciliar, análise de documentação, discussão de caso ou outra forma que a equipe técnica julgar necessária,

respeitadas as normativas de cada profissão.

Art.36 Poderão ser exigidos para concessão de benefícios eventuais, sem prejuízo de outras exigências que o órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social entender necessárias e salvo disposição em contrário:

- I. Apresentação de documentos comprobatórios da situação que enseja a requisição do benefício;
- II. Apresentação de documentos pessoais;
- III. Apresentação de comprovante de residência no Município;
- IV. Apresentação de comprovante de renda de todos os membros da família, caso não sejam beneficiários de Programas de Transferência de Renda.

Art.37 Cessará a prestação de benefício eventual, salvo disposição em contrário, nos seguintes casos:

- I. Quando for dada a solução à situação que ensejou a requisição do benefício;
- II. Quando o beneficiário deixar de residir no Município;
- III. Quando o beneficiário prestar declaração falsa;
- IV. Quando o beneficiário empregar o benefício recebido para fim diverso do proposto;
- V. Quando a família ou o indivíduo deixar de atender, a qualquer tempo, aos critérios estabelecidos pela municipalidade e pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;
- VI. Quando o beneficiário deixar de atender qualquer comunicado emitido pelo Poder Público Municipal.

Art.38 Não se enquadram como benefícios eventuais da Política Municipal de Assistência Social os itens referentes a órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do Município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso, acolhimento de pessoas com transtorno mental entre outros.

Art.39 Ato normativo editado pelo Poder Executivo Municipal disporá sobre os procedimentos e fluxos de oferta na prestação dos benefícios eventuais.

CAPÍTULO IV - DA GESTÃO TERRITORIAL

Seção I - DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

Art.40 Os Serviços socioassistenciais devem observar os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei nº Federal 8.742, de 1993, e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Art.41 Os serviços socioassistenciais serão ordenados em rede, cuja execução seja garantida, precipuamente, pelo poder público e, complementarmente, pela rede não governamental, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social:

Art.42 Integram a rede de serviços socioassistenciais de Ribeirão Pires na Proteção Social Básica:

- I. Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- II. Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos;
- III. Serviços de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas;
- IV. Apoio aos Programas de Transferência de Renda;
- V. Apoio ao Sistema de Informação, Controle e Processamento de Dados;
- VI. Atende Fácil.

§1º O PAIF deve ser ofertado exclusivamente no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS;

§2º Os serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica serão executados pelas equipes de referência, inclusive nos territórios de difícil acesso e loteamentos não regularizados dispersos.

Art.43 Integram a rede de serviços socioassistenciais de Ribeirão Pires na Proteção Social Especial:

- I. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos (PAEFI);
- II. Serviço Especializado em Abordagem Social;
- III. Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- IV. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoa com Deficiência, Idosas e suas famílias;
- V. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua;
- VI. Apoio às Ações de Enfrentamento à Violência;
- VII. Apoio à Central de Atendimento Técnico;
- VIII. Apoio ao Enfrentamento à Violência Física e Psicológica Infância Juvenil;
- IX. Serviços de Acolhimento Institucional, nas modalidades abrigo institucional, casa lar, casa de passagem, casa abrigo, residência inclusiva e Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI);
- X. Serviço de Acolhimento em República;
- XI. Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- XII. Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Parágrafo único. O PAEFI deve ser ofertado exclusivamente no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

Seção II - DA REDE SOCIOASSISTENCIAL DE RIBEIRÃO PIRES

Art.44 Considera-se rede socioassistencial o conjunto integrado da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social mediante a articulação entre todas as unidades do SUAS;

Art.45 Compõe as unidades do SUAS a rede governamental e não governamental de serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social na forma do art. 6º – C da Lei nº 12.435/11;

Parágrafo Único. A vinculação ao SUAS é o reconhecimento pela União, em colaboração com Município, de que a organização de Assistência Social integra a rede socioassistencial.

Art.46 As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, respectivamente, e pelas entidades de assistência social.

Art.47 As unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS integrantes da estrutura administrativa de Ribeirão Pires, que compõem a rede socioassistencial são:

I. CRAS – Centro de Referência de Assistência Social: é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

II. CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social: é a unidade pública municipal destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

Parágrafo Único. As unidades públicas estatais possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social.

Art.48 A implantação das unidades de CRAS e CREAS e Centro devem observar as diretrizes da:

I. Territorialização – oferta capilar de serviços baseada na lógica da proximidade do cotidiano de vida do cidadão e com o intuito de desenvolver seu caráter preventivo e educativo nos territórios de maior vulnerabilidade e risco social, conforme indicação do Diagnóstico Territorial;

II. Universalização – a fim de que a proteção social básica seja prestada na totalidade dos territórios do município;

III. Regionalização – prestação de serviços socioassistenciais de proteção social cujos custos ou ausência de demanda municipal justifiquem rede regional e desconcentrada de serviços no âmbito do Estado.

Parágrafo Único. As instalações das unidades públicas estatais devem ser compatíveis com os serviços neles ofertados, com espaços para trabalhos em grupo e ambientes específicos para recepção e atendimento reservado das famílias e indivíduos, assegurada a acessibilidade.

Art.49 São organizações de Assistência Social, que compõem a rede socioassistencial aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei Federal nº 8.742, de 1993 acrescidos da Lei nº 12.435/11, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

Art.50 As organizações de Assistência Social e os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais deverão ser inscritos no Conselho Municipal de Assistência Social para que obtenha a autorização de funcionamento no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, observado os parâmetros nacionais de inscrição definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

Parágrafo Único. No caso de indeferimento da inscrição, em observância ao princípio da autonomia dos entes federados, previsto na Constituição Federal de 1988, cada ente, por meio do seu Conselho de Assistência Social, deve regulamentar instâncias recursais de seus atos e definir prazos para análise dos processos de inscrição dentro de sua própria estrutura administrativa.

Art.51 Constituem critérios para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme legislação vigente:

I. Executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;

II. Assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;

III. Garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV. Garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art.52 As entidades ou organizações de Assistência Social no ato da inscrição demonstrarão:

I. Ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída;

II. Aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

III. Elaborar plano de ação anual;

IV. Ter expresso em seu relatório de atividades:

a) finalidades estatutárias;

b) objetivos;

- c) origem dos recursos;
- d) infraestrutura;
- e) identificação de cada serviço, programa, projeto e benefício socioassistenciais executado.

Parágrafo único. Os pedidos de inscrição observarão as seguintes etapas de análise:

- I. Análise documental;
- II. Visita técnica, quando necessária, para subsidiar a análise do processo;
- III. Elaboração do parecer da Comissão;
- IV. Pauta, discussão e deliberação sobre os processos em reunião plenária;
- V. Publicação da decisão plenária;
- VI. Emissão do comprovante;
- VII. Notificação à entidade ou organização de Assistência Social por ofício.

Art.53 A realização de parcerias entre poder público e organizações de Assistência Social para a execução de serviços, programas e projetos socioassistenciais, deverá observar a Lei Federal nº 13.019/14, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei nº 13.204/15, com aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Seção III - DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

Art.54 Realizar o reordenamento territorial da gestão no Município organizando a oferta de serviços de forma territorializada, de acordo com o diagnóstico socioterritorial.

Art.55 A gestão territorial da Proteção Social Básica que responde ao princípio de descentralização do SUAS tem por objetivos:

- I. Atuação preventiva;
- II. Disponibilização de serviços próximos ao local de moradia das famílias em áreas que concentram situações de vulnerabilidade e risco social;
- III. Racionalização das ofertas.

Art.56 A gestão da rede socioassistencial da Proteção Social Básica dar-se-á pela:

- I. Articulação da rede socioassistencial estabelecendo contatos, alianças, fluxos e encaminhamentos entre o CRAS e as demais unidades de proteção social;
- II. Articulação da rede intersetorial propiciando o diálogo da política pública de Assistência Social com as demais políticas públicas e promovendo o acesso das famílias a serviços setoriais;
- III. Utilização da busca ativa como método estratégico para efetivação do acesso aos serviços e benefícios, efetivando o caráter preventivo, protetivo e proativo da Assistência Social;
- IV. Participação no processo de parceria das entidades e organizações privadas de Assistência Social.

Art.57 A responsabilidade pela gestão da proteção social básica é da Secretária de Assistência, Participação e Inclusão Social e a gestão do território da Proteção Social Básica é de responsabilidade dos CRAS.

Art.58 O território de abrangência do CRAS com as suas respectivas regiões, população e famílias referenciadas são estabelecidas pela Secretária de Assistência, Participação e Inclusão Social.

Art.59 Estar referenciado ao CRAS significa a rede de serviços:

- I. Receber orientações emanadas do poder público, alinhadas às normativas do SUAS;
- II. Estabelecer compromissos e relações;
- III. Participar da definição de fluxos e procedimentos que reconheçam a centralidade do trabalho com famílias no território;
- IV. Contribuir para a alimentação dos sistemas do SUAS;
- V. Acordar com a rede e a coordenação de CRAS os critérios de acesso dos usuários, seu desligamento do serviço e os objetivos a serem cumpridos, entre outros.

Art.60 Ao firmar-se como unidade de acesso aos direitos socioassistenciais, o CRAS efetiva a referência e contrarreferência do usuário na rede socioassistencial.

§1º A função de referência pode se dar pela inserção do usuário em serviço ofertado no CRAS ou na rede socioassistencial a ele referenciada, ou por meio do encaminhamento do usuário ao CREAS.

§2º A função de contrarreferência é exercida sempre que a equipe do CRAS recebe encaminhamento da proteção social especial e garante a proteção social básica, inserindo o usuário em serviço, programa e/ou projeto de proteção básica.

Art.61 A responsabilidade pela gestão da proteção social especial é Secretária de Assistência, Participação e Inclusão Social e a gestão do referenciamento da rede socioassistencial da Proteção Social Especial de média complexidade é do CREAS.

Parágrafo Único. A gestão do referenciamento da rede socioassistencial da Proteção Social Especial de alta complexidade é de responsabilidade da equipe específica da Proteção Social Especial.

Art.62 O referenciamento ao CREAS pressupõe:

- I. Relacionamento cotidiano com Unidades referenciadas para acompanhamento dos casos, conforme fluxos de encaminhamento e processos de trabalho previamente definidos;
- II. Organização de espaços e oportunidades para troca de informações, discussão de casos e acompanhamento dos

encaminhamentos realizados às Unidades referenciadas.

Art.63 O reconhecimento da unidade como referência ao CREAS implica em:

- I. Alinhamento às normativas e aos parâmetros do SUAS;
- II. Reconhecimento da centralidade da família, no trabalho social especializado;
- III. Definição do papel, delimitação e distinção de competências das unidades e serviços;
- IV. Estabelecimento de compromissos, relações e procedimentos comuns e/ou complementares;
- V. definição de fluxos de encaminhamentos e troca de informações;
- VI. Apontamentos de trabalhos e atividades que possam ser desenvolvidos em parceria;
- VII. Definição de mecanismos e instrumentos para registros de atendimento e acompanhamento às famílias e indivíduos;
- VIII. Compartilhamento de concepções que devem nortear a oferta da atenção.
- IX. Observar a normativa municipal sobre a porta de entrada dos usuários.

Art.64 O Trabalho em rede tem como objetivo integrar as políticas sociais, na sua elaboração, execução, monitoramento e avaliação, de modo, a superar a fragmentação e proporcionar a integração das ações, resguardadas as especificidades e competências de cada área.

Art.65 O trabalho em rede pressupõe articulação entre instituições e agentes que atuam em um determinado território e compartilham objetivos e propósitos comuns visando a construção contínua das ações intersetoriais com conexão em redes, para que se possa acentuar na cobertura dos atendimentos e ações desenvolvidas nas políticas sociais, em especial as de saúde e Assistência Social, para enfrentar a complexidade dos problemas sociais.

Art.66 O trabalho em rede, coordenado pelo Órgão Gestor de Assistência Social deve ser fortalecido com a elaboração de fluxos de articulação e protocolos intersetoriais de atendimento, com definição de responsabilidades, considerando o papel e às competências de cada órgão da rede.

CAPÍTULO V - DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Art.67 A vigilância socioassistencial deve ser realizada por intermédio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas, e dispor sobre:

- I. As situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre as famílias e indivíduos, bem como os eventos de violação de direitos em determinados territórios;
- II. Tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços, programas, projetos e benefícios ofertados pela rede socioassistencial.

Parágrafo único. As informações territorializadas produzidas e sistematizadas pela vigilância socioassistencial, aliadas aos dados relativos à gestão dos casos inseridos no SUAS – Ribeirão Pires, fornecidos pelas equipes que atuam na execução das políticas públicas, ensejarão a determinação dos objetivos, com fixação de metas e indicadores de desempenho, que nortearão as ações da Política de Assistência Social no Município.

Art.68 Constituem responsabilidades específicas do poder público na área de vigilância socioassistencial:

- I. Coordenar e manter o sistema de vigilância socioassistencial de Ribeirão Pires;
- II. Coordenar o desenvolvimento de estudos e pesquisas relativas à Assistência Social no âmbito municipal, para apoio efetivo às atividades de planejamento, gestão, monitoramento, avaliação e execução dos serviços socioassistenciais, imprimindo caráter técnico à tomada de decisão com vistas a subsidiar a consolidação da política de Assistência Social;
- III. Coordenar a elaboração do diagnóstico socioterritorial, e sua atualização a cada quatro anos, visando à construção e acompanhamento do Plano Municipal de Assistência Social, de forma participativa e coletiva identificando dinâmicas e diversidades sociais, econômicas, demandas e potencialidades dos territórios;
- IV. Colaborar com o Cadastro Único em âmbito municipal no planejamento das atividades pertinentes à inserção e à atualização de dados, nas informações e indicadores territorializados, nas listagens territorializadas das famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Auxílio Brasil, nas listagens territorializadas das famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada e dos Benefícios Eventuais, que serão fornecidos sistematicamente às unidades da rede socioassistencial, especialmente aos CRAS e CREAS;
- V. Estabelecer diretrizes para a realização da gestão do risco socioassistencial, consistentes na produção de informações geradas a partir das avaliações realizadas pelas equipes que integram as proteções sociais básica e especial responsáveis pela gestão dos casos inseridos no âmbito do SUAS de Ribeirão Pires;
- VI. Manter processos de monitoramento dos fluxos e demandas da população em situação de rua incidente no município, e em articulação com os demais municípios que abrangem a região de Ribeirão Pires, identificando responsabilidades e ações regionalizadas;
- VII. Planejar, coordenar e elaborar indicadores territoriais das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem, sobre famílias e pessoas nos diferentes ciclos de vida, considerando as diversidades territorializais e socioculturais;
- VIII. Coordenar a divulgação de dados e disseminação de informações relativas ao SUAS aos usuários, trabalhadores, conselheiros, unidades públicas e entidades de Assistência Social, e como meio de subsidiar ações do CMAS e da gestão da Secretaria;
- IX. Analisar as informações relativas às demandas, incidências de riscos e vulnerabilidades e as necessidades de

proteção da população, características e distribuições da oferta da rede socioassistencial, integrando demanda e a oferta de acordo com os territórios de gestão definidos pela política de Assistência Social;

X. Utilizar os dados provenientes do sistema de notificação das violações de direitos sobre as situações de violência intrafamiliar, abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes, e sobre o trabalho infantil para monitorar a incidência e o atendimento das situações de risco pessoal e social pertinentes a Assistência Social.

Art.69 Constituem responsabilidades específicas do poder público na área do monitoramento e avaliação do SUAS:

I. Coordenar e executar o Monitoramento e Avaliação do SUAS enquanto instrumento de gestão, planejamento, mensuração da eficiência e da eficácia da política e controle social visando o aprimoramento do SUAS;

II. Coordenar o processo de acompanhamento e avaliação da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS verificando o processo de medição do alcance dos programas e serviços, através das metas estabelecidas, do público atendido e da demanda existente e do impacto social, através de análise dos objetivos dos serviços e as efetivas alterações na realidade sobre a qual se intervém;

III. Coordenar o processo de elaboração do Plano Municipal de Assistência Social, por meio de ações articuladas e intersetoriais com as áreas da gestão, Proteção Social, Conselhos de Direitos, usuários, submetendo à aprovação do Conselho de Assistência Social.

CAPÍTULO VI - DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art.70 O Plano Municipal de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que contempla propostas para execução e o monitoramento da política de Assistência Social no âmbito do Município de Ribeirão Pires.

Parágrafo Único. A elaboração do Plano Municipal de Assistência Social de Ribeirão Pires é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência, Participação e Inclusão Social que o submete à aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Art.71 A elaboração do Plano Municipal de Assistência Social dar-se a cada 4 (quatro) anos, coincidindo com a elaboração do Plano Plurianual e contemplará como estrutura básica:

I. Diagnóstico socioterritorial;

II. Objetivos gerais e específicos;

III. Diretrizes e prioridades deliberadas;

IV. Ações estratégicas para sua implementação;

V. Metas estabelecidas;

VI. Parâmetros e resultados esperados;

VII. Recursos Orçamentários e Financeiros;

VIII. Cobertura da rede prestadora de serviços;

IX. Indicadores de monitoramento e avaliação; e

X. Tempo de execução.

Art.72 O Plano Municipal de Assistência Social, além do estabelecido no artigo anterior deverá observar:

I. O diagnóstico socioterritorial de Ribeirão Pires que tem por base o conhecimento da realidade a partir da leitura dos territórios, microterritórios ou outros recortes socioterritoriais que possibilitem identificar as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que os caracterizam, reconhecendo as suas demandas e potencialidades, conforme prevê o art. 20 da Resolução nº 33/12;

II. As deliberações das conferências de Assistência Social, do idoso e da criança e do adolescente;

III. As metas nacionais e estaduais pactuadas que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAS;

IV. As ações articuladas e intersetoriais;

V. as ações de apoio técnico e financeiro à gestão descentralizada do SUAS, de acordo com o Parágrafo único, art. 22, Resolução nº 33/12;

VI. Estratégias coletivas e participativas envolvendo equipes técnicas dos serviços socioassistenciais e representantes dos usuários dos mesmos, respeitando as particularidades e diversidades dos territórios.

Art.73 O monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Assistência Social se darão por meio de mecanismos e instrumentais de acompanhamento conforme as bases de monitoramento e avaliação pré-estabelecidas e equipe específica para essa finalidade a fim de garantir o cumprimento de suas metas.

CAPÍTULO VII - DO FINANCIAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art.74 O financiamento da Política Municipal de Assistência Social é previsto e executado através dos instrumentos de planejamento orçamentário municipal, que se desdobram no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo Único. O orçamento da Assistência Social deverá ser inserido na Lei Orçamentária Anual para a operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art.75 O financiamento dos benefícios, serviços, programas e projetos estabelecidos nesta lei far-se-á com recursos da União, do Estado e do Município providas por meio de dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social em conformidade com o disposto na Lei Orgânica da Assistência Social.

Art.76 Caberá ao órgão gestor da Assistência Social responsável pela utilização dos recursos do respectivo Fundo

Municipal de Assistência Social o controle e o acompanhamento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, por meio dos respectivos órgãos de controle, independentemente de ações do órgão repassador dos recursos.

Parágrafo único. Os entes transferidores poderão requisitar informações referentes à aplicação dos recursos oriundos do seu fundo de assistência social para fins de análise e acompanhamento de sua boa e regular utilização.

CAPÍTULO VIII - DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art.77 O Fundo Municipal da Assistência Social – FMAS, criado pela Lei n.º 6110 de 14 de dezembro de 1995, posteriormente revogado e instituído pela Lei nº 12.867/17 e regulamentado pelo Decreto n.º 8682 de 15 de outubro de 1996, tem como objetivo alocar recursos destinados ao financiamento da execução de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, bem como de ações que tenham como finalidade o aprimoramento da gestão no âmbito do Município.

§1º O FMAS será gerido pela Secretária de Assistência, Participação e Inclusão Social – SAPIS, órgão responsável pela gestão da Política de Assistência Social no Município, e estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos conforme as deliberações do CMAS.

§2º O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS integrará o orçamento da Secretária de Assistência, Participação e Inclusão Social.

§3º Fica assegurada ao FMAS autonomia financeira, patrimonial e contábil, observadas as normas contidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e demais legislação aplicável à espécie.

Art.78 Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, serão aplicados em:

- I.** Financiamento integral ou parcial de programas, projetos e serviços de assistência social desenvolvidos pelo Setor Municipal de Assistência Social ou por Órgão conveniado;
- II.** Em parcerias entre poder público e entidades de assistência social para a execução de serviços, programas e projetos socioassistencial específicos;
- III.** Aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento das ações socioassistenciais;
- IV.** Construção reforma ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de Assistência Social;
- V.** Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de Assistência Social;
- VI.** Pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art.15 da Lei Federal nº 8.742, de 1993;
- VII.** Pagamento de profissionais que integrarem as equipes de referência, responsáveis pela organização e oferta daquelas ações, conforme percentual apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

Art.79 O repasse de recursos para as organizações da sociedade civil, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, observando o disposto em Lei.

Art.80 Os relatórios de execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do CMAS, trimestralmente e anualmente.

CAPÍTULO IX - DAS INSTÂNCIAS DE ARTICULAÇÃO, PACTUAÇÃO E DELIBERAÇÃO DO SUAS

Seção I - DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

Art.81 O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS é instância colegiada de caráter deliberativo permanente e de composição paritária, vinculada à estrutura do órgão de Administração Pública Municipal, responsável pela Gestão da Política Municipal de Assistência Social.

Art.82 Dentre as competências do Conselho Municipal de Assistência Social destacam-se:

- I.** deliberar acerca da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com o Sistema Único de Assistência Social - SUAS e as diretrizes propostas pelas Conferências Municipais de Assistência Social e demais normativas da área;
- II.** o acompanhamento e o controle da execução da Política Municipal de Assistência Social;
- III.** a aprovação do Plano Municipal de Assistência Social, observando as prioridades estabelecidas pela Conferência Municipal de Assistência Social;
- IV.** a normatização das ações e a regularização de prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, de acordo com as diretrizes propostas pelas Conferências Municipais de Assistência Social e pela Política Nacional de Assistência Social, inclusive com a definição de critério de qualidade e demais normativas da área;
- V.** o estabelecimento de diretrizes, a apreciação e a aprovação dos programas, projetos e serviços específicos, subsidiados com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, a definição de critérios para o repasse de recursos;
- VI.** o estabelecimento de diretrizes, a apreciação e a aprovação do Plano de Aplicação do Fundo Municipal de Assistência Social, bem como o acompanhamento da execução orçamentária e financeira anual dos seus recursos;
- VII.** a apreciação e a aprovação da proposta orçamentária de assistência social para compor o orçamento municipal, observando os prazos previstos na legislação para a aprovação do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual;
- VIII.** a normatização das inscrições de entidades e organizações de assistência social no Conselho Municipal de

Assistência Social, na forma que dispuser o regulamento municipal, § 2º do artigo 9º, da Lei Federal nº 8.742/1993 - Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS;

IX. o zelo pela efetivação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

X. a proposição de critérios para a celebração de convênios ou outros instrumentos jurídicos entre os órgãos governamentais e sociedade civil na área de assistência social;

XI. a fiscalização e a avaliação da gestão de recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas, projetos, serviços e benefícios aprovados;

XII. a proposição da formulação de estudos e pesquisas com vistas a identificar situações relevantes e a qualidade dos serviços de assistência social, no âmbito do Município;

XIII. a publicação no Diário Oficial e em periódicos de circulação no território municipal/regional da súmula de suas atas e resoluções, bem como os demonstrativos das contas aprovadas do FMAS;

XIV. a regulamentação suplementar das normas estabelecidas pelos Conselhos Nacional e Estadual de Assistência Social;

XV. o acompanhamento, a avaliação e a fiscalização dos serviços de assistência social pelos órgãos governamentais e não governamentais do Município, especialmente as condições de acesso da população usuária, indicando as medidas pertinentes à correção das irregularidades constatadas;

XVI. a proposição de modificações nas estruturas do sistema municipal que visem à promoção, à proteção e à defesa dos direitos dos usuários da assistência social;

XVII. o estímulo e o incentivo à atualização permanente dos servidores das instituições governamentais e não governamentais envolvidas na prestação de serviços de assistência social;

XVIII. a convocação e a organização a cada dois anos ou extraordinariamente da Conferência Municipal de Assistência Social, por maioria absoluta de seus membros, bem como, o estabelecimento de suas normas de funcionamento em regimento próprio;

XIX. o acompanhamento e o controle das inscrições das entidades e organizações de Assistência Social no Conselho Municipal, mantendo cadastro atualizado;

XX. a articulação com o Conselho Estadual, bem como com organizações governamentais e não governamentais, nacionais e estrangeiras, inclusive propondo intercâmbio, convênio ou outro instrumento aplicável, visando a superação de problemas sociais do Município;

XXI. definir os programas de Assistência Social prevista no artigo 24 da Lei Federal nº 8.742/1993 - LOAS, obedecendo os objetivos e princípios desta, com prioridade para a menção profissional e social;

XXII. credenciar as equipes multiprofissionais do SUS ou INSS para elaboração de laudo médico social, visando ao acesso do Benefício de Prestação Continuada às pessoas com deficiência, nos termos do § 6º, do artigo 20 da Lei Federal nº 8.742/1993 - LOAS;

XXIII. estabelecer critérios para a destinação de recursos financeiros municipais para o custeio do pagamento dos auxílios mortalidade e funeral (inciso II, do artigo 15, da Lei Federal nº 8.742/1993 - LOAS);

XXIV. a elaboração e revisão de seu Regimento Interno.

Art.83 O CMAS é composto paritariamente por órgãos governamentais e organizações da sociedade civil da área de Assistência Social, assim distribuídos:

I. 06 representantes do Poder Público Municipal, dentre as Secretarias Municipais com interesses afins;

II. 06 representantes da Sociedade Civil, dentre representantes dos usuários ou de Organizações de Usuários, das Entidades ou Organizações Prestadoras de Serviços de Assistência Social e entidades ou Organizações de Trabalhadores do Setor sem igual número.

§1º Os representantes dos órgãos governamentais são nomeados pelo Prefeito Municipal, tendo mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período, podendo ser substituído a qualquer tempo por integrantes das Secretarias Municipais com interesses afins.

§2º A função de membro do CMAS não será remunerada, sendo seu exercício considerado como relevantes serviços prestados ao Município.

§3º Consideram-se justificadas as ausências a quaisquer outros serviços ou funções, se houver convocação para o seu comparecimento ao Conselho ou participação em diligências ordenadas por este.

§4º Os membros titulares do CMAS serão substituídos em suas faltas e impedimentos pelos seus respectivos suplentes.

§5º Os conselheiros titulares que não puderem comparecer aos eventos e reuniões do CMAS têm a obrigação de comunicar o seu suplente, bem como à Secretaria Executiva, para que possa convocá-lo para substituição, no prazo de 05 (cinco) dias de antecedência.

§6º Todos os suplentes do CMAS poderão participar das reuniões ordinárias e extraordinárias, com direito a voz.

Parágrafo Único. O CMAS tem a sua criação, competência e funcionamento regido pela Lei 6.110/1995, revogada e instituída posteriormente pela Lei nº 12.867/17.

Seção II - DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art.84 As Conferências Municipais de Assistência Social são instâncias periódicas de debate, de formulação e de avaliação da política pública de Assistência Social e definição de diretrizes para o aprimoramento do SUAS, com a participação de representantes do governo e da sociedade civil.

Art.85 As conferências municipais devem observar as seguintes diretrizes:

I. Divulgação ampla e prévia do documento convocatório, especificando objetivos, prazos, responsáveis, fonte de recursos e comissão organizadora;

- II. Garantia da diversidade dos sujeitos participantes;
- III. Estabelecimento de critérios e procedimentos para a designação dos delegados governamentais e para a escolha dos delegados da sociedade civil;
- IV. Publicidade de seus resultados;
- V. Determinação do modelo de acompanhamento de suas deliberações; e VI – articulação com a conferência estadual e nacional de Assistência Social.

Art.86 A Conferência Municipal de Assistência Social será convocada ordinariamente a cada quatro anos pelo Conselho Municipal de Assistência Social e extraordinariamente, a cada 2 (dois) anos.

Parágrafo Único. A Conferência Municipal de Assistência Social deverá ser precedida de encontros preparatórios/pré-conferências nos diversos territórios do município.

Art.87 É condição fundamental para viabilizar o exercício do controle social e garantir os direitos socioassistenciais o estímulo à participação e ao protagonismo dos usuários nos conselhos e conferências de Assistência Social.

Art.88 O estímulo à participação dos usuários pode se dar a partir de articulação com movimentos sociais e populares e ainda a organização de diversos espaços tais como: fórum de debate, associação de bairro, coletivo de usuários junto aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Seção III - DA REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS INSTÂNCIAS DE NEGOCIAÇÃO E PACTUAÇÃO DO SUAS

Art.89 O Município é representado nas Comissões Intergestores Bipartite – CIB e Tripartite – CIT, instâncias de negociação e pactuação dos aspectos operacionais de gestão e organização do SUAS, respectivamente, em âmbito estadual e nacional, pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social – COEGEMAS e pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS.

§1º O CONGEMAS e COEGEMAS constituem entidades sem fins lucrativos que representam as secretarias municipais de Assistência Social, declarados de utilidade pública e de relevante função social, onerando o município quanto a sua associação a fim de garantir os direitos e deveres de associado.

§2º O COEGEMAS poderá assumir outras denominações a depender das especificidades regionais.

Art.90 Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art.91 Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 01 de dezembro de 2023 - 309º Ano da Fundação e 69º da Instalação do Município.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

MARISA REINOSO DE ABREU
Secretária de Assistência, Participação e Inclusão Social

Processo Administrativo nº 1903/2020-PMRP.
Publicado no Órgão da Imprensa Oficial.

IMPRERP Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires

PORTARIA Nº 703 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023. CLAYTON SOARES DOS SANTOS, Superintendente do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais especialmente as que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso V da Lei Municipal nº 5751 de 25 de setembro de 2013 e suas alterações, toma ciência da decisão da Diretora Executiva Administrativa e Financeira exarada nos autos do **processo nº 101/2023** que concede **Aposentadoria Voluntária por Idade e Proporcional ao Tempo de Contribuição**, a servidora **NEUSA DO NASCIMENTO**, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG nº 25.783.714-0 SSP/SP, inscrita no CPF nº 124.381.528-00 e cadastrada no PIS/PASEP sob nº 1.704.392.076-9, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Zeladoria e Manutenção Urbana, com fundamento no art. 40º, § 1º, III, “B” da CF, a contar de **1 de janeiro de 2024**.

PORTARIA Nº 704 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023. CLAYTON SOARES DOS SANTOS, Superintendente do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais especialmente as que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso V da Lei Municipal nº 5751 de 25 de setembro de 2013 e suas alterações, toma ciência

da decisão da Diretora Executiva Administrativa e Financeira exarada nos autos do **processo nº 104/2023** que concede **Aposentadoria Voluntária por Idade e Proporcional ao Tempo de Contribuição**, a servidora **VILMA MARIA CORREIA DE MELO**, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG nº 15.791.851-8 SSP/SP, inscrita no CPF nº 092.724.718-69 e cadastrada no PIS/PASEP sob nº 1.221.328.084-5, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Zeladoria e Manutenção Urbana, com fundamento no art. 40º, § 1º, III, “B” da CF, a contar de **1 de janeiro de 2024**.

PORTARIA Nº 705 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023. **CLAYTON SOARES DOS SANTOS**, Superintendente do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais especialmente as que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso V da Lei Municipal nº 5751 de 25 de setembro de 2013 e suas alterações, toma ciência da decisão da Diretora Executiva Administrativa e Financeira exarada nos autos do **processo nº 70/2023** que concede **Aposentadoria Voluntária por Idade e Proporcional ao Tempo de Contribuição**, a servidora **TELMA MORAES DE JESUS**, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG nº 12.584.313-6 SSP/SP, inscrita no CPF nº 008.868.358-36 e cadastrada no PIS/PASEP sob nº 1.082.117.989-3, ocupante do cargo efetivo de Agente Escolar, lotada na Secretaria de Educação, com fundamento no art. 40º, § 1º, III, “B” da CF, a contar de **1 de janeiro de 2024**.

PORTARIA Nº 706 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023. **CLAYTON SOARES DOS SANTOS**, Superintendente do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais especialmente as que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso V da Lei Municipal nº 5751 de 25 de setembro de 2013 e suas alterações, toma ciência da decisão da Diretora Executiva Administrativa e Financeira exarada nos autos do **processo nº 107/2022** que concede **Aposentadoria Voluntária por Idade e Proporcional ao Tempo de Contribuição**, ao servidor **FRANCISCO RAIMUNDO BARBOSA DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 9.544.183-9 SSP/SP, inscrito no CPF nº 947.822.458-15 e cadastrado no PIS/PASEP sob nº 1.042.965.892-0, ocupante do cargo efetivo de Agente Escolar, lotado na Secretaria de Educação, com fundamento no art. 40º, § 1º, III, “B” da CF, a contar de **1 de janeiro de 2024**.

PORTARIA Nº 707 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023. **CLAYTON SOARES DOS SANTOS**, Superintendente do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais especialmente as que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso V da Lei Municipal nº 5751 de 25 de setembro de 2013 e suas alterações, toma ciência da decisão da Diretora Executiva Administrativa e Financeira exarada nos autos do **processo nº 073/2023** que concede **Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição**, ao servidor **AILTON BRITO SANTANA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 18.770.173 SSP/SP, inscrito no CPF nº 053.778.368-71 e cadastrado no PIS/PASEP sob nº 1.086.438.386-7, ocupante do cargo efetivo de Guarda Municipal, lotado na Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, com fundamento no art. 3º, III da E.C 47/2005, a contar de **1 de janeiro de 2024**.

PORTARIA Nº 708 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023. **CLAYTON SOARES DOS SANTOS**, Superintendente do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais especialmente as que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso V da Lei Municipal nº 5751 de 25 de setembro de 2013 e suas alterações, toma ciência da decisão da Diretora Executiva Administrativa e Financeira exarada nos autos do **processo nº 116/2019** que concede **Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição com Proventos Integrais**, a servidora **IRANI AMORIM PACHECO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 33.302.481-3 SSP/SP, inscrita no CPF nº 252.023.835-68 e cadastrada no PIS/PASEP sob nº 1.207.466.935-8, ocupante do cargo efetivo Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, com fundamento no art. 6º da E.C. 41/2003, a contar de **1 de janeiro de 2024**.

PORTARIA Nº 709 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023. **CLAYTON SOARES DOS SANTOS**, Superintendente do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais especialmente as que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso V da Lei Municipal nº 5751 de 25 de setembro de 2013 e suas alterações, toma ciência da decisão da Diretora Executiva Administrativa e Financeira exarada nos autos do **processo nº 103/2023** que concede **Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição com Proventos Integrais de Professor**, a servidora **MARIA DO SOCORRO SOUZA CABRAL**, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG nº 20.477.202-3 SSP/SP, inscrita no CPF nº 140.546.518-28 e cadastrada no PIS/PASEP sob nº 1.222.906.724-0, ocupante do cargo efetivo Professor A, lotada na Secretaria de Educação, com fundamento no art. 6º da E.C. 41/2003, a contar de **1 de janeiro de 2024**.

PORTARIA Nº 710 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023. **CLAYTON SOARES DOS SANTOS**, Superintendente do

Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais especialmente as que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso V da Lei Municipal nº 5751 de 25 de setembro de 2013 e suas alterações, toma ciência da decisão da Diretora Executiva Administrativa e Financeira exarada nos autos do **processo nº 30/2023** que concede **Aposentadoria por Invalidez com proventos proporcionais**, a servidora **IVETE ALVES MARIA**, brasileira,

Ribeirão Pires, 29 de Novembro de 2023.

portadora da cédula de identidade RG nº 32.881.961-X SSP/SP, inscrita no CPF 287.115.098-21 e cadastrada no PIS/PASEP sob nº 1.901.885.828-8, ocupante do cargo efetivo de Agente Escolar, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, com fundamento no art. 40º, § 1º, I da CF, a contar de **1 de janeiro de 2024**.

PORTARIA Nº 711 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023. **CLAYTON SOARES DOS SANTOS**, Superintendente do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais especialmente as que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso V da Lei Municipal nº 5751 de 25 de setembro de 2013 e suas alterações, toma ciência da decisão da Diretora Executiva Administrativa e Financeira exarada nos autos do **processo nº 100/2019** que concede **Aposentadoria por Invalidez com proventos proporcionais**, a servidora **ROSA IZABEL DE OLIVEIRA**, brasileira, portadora da cédula de identidade RG nº 25.664.685-5 SSP/SP, inscrita no CPF nº 149.327.228-42 e cadastrada no PIS/PASEP sob nº 1.239.990.869-6, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Saúde e Higiene, com fundamento no art. 40º, § 1º, I da CF, a contar de **1 de janeiro de 2024**.